

Para uma Genealogia de Alfama

Carlos Guardado da Silva

Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
carlosguardado@edu.ulisboa.pt

Jorge Revez

Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
jrevez@edu.ulisboa.pt

Luís Corujo

Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
luiscorujo@edu.ulisboa.pt

Introdução

Alfama é, ainda hoje, exemplo de uma cidade mediterrânica com um emaranhado de ruas, becos, travessas e calçadas. A sua origem remonta, pelo menos, à Idade Média, parecendo esconder a origem do seu nome, tal como teima em esconder-se por detrás das muralhas de antanho – as cercas velha e nova das Lisboas romana e medieval.

Abrindo o volume primeiro do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, encontramos o termo “alfama”, com um duplo significado: 1. “Lugar que serve de asilo ou refúgio; 2. Bairro de judeus”, acrescentando-se a sua etimologia árabe *al-ḥammā*, para designar “termas, fonte de água quente” (Houaiss, Villar 2002: 196).

Com este estudo, pretendemos regressar às origens do topónimo, indagar e discutir o seu significado, bem como identificar o lugar até ao final do reinado de D. Fernando.

A genealogia do topónimo

O topónimo “Alfama” tem ocupado diversos investigadores, arabistas e olisipógrafos, que procuraram estudar a sua filologia árabe, entre os quais, citamos apenas João de Sousa (1789)¹, Joaquim de Santa Rosa Viterbo (1792-

¹ 2.ª ed. de 1830 com adições e correcções de Frei João de Santo António Moura.

Estudos em Homenagem a Maria Cristina Pimentel, Lisboa, Edições Colibri, 2025, pp. 759-771.

-1793: 339), David Lopes² (1902), José Pedro Machado³ (1992). Também Salete Salvado (2000) que, na senda de Samuel Schwartz, levantou a hipótese de uma etimologia hebraica para Alfama.

Em 1789, João de Sousa apresentava para ‘Alfama’ a etimologia *al-ḥama* (الحمى), “o refúgio”, corrigida na 2.^a edição, por Frei João de Santo António Moura, para *al-ḥammā* (الحمّة), “fonte termal”, porém sem justificar quaisquer das opções.

A primeira explicação para o topónimo apareceria em 1902, devendo-se então a David Lopes (1968: 31, 99, 117), do árabe *al-ḥammā*, designando “fonte de água quente, termas”. Interpretação sustentada na descrição de Lisboa feita pelo geógrafo Al-Idrīsī: “Au centre de la ville sont des sources d’eau chaude en hiver comme en été”⁴ (Al- Idrīsī 1968: 223, 1975: 184; Machado 1997: 261-262).

Pois é a própria palavra *al-ḥammā*, grafada na língua árabe *الحمّة*, na forma do plural de “fonte termal”, que Al-Idrīsī (séc. XII) usa em *Nuzhat al-muštāq fi Iḥtirāk al-afak* (texto publicado em 1592, com o título *De Geographia Universali* ou *kitāb Nuzhat...*).

José Pedro Machado referiu-se a Alfama como um arabismo adaptado recebido “dos conquistadores muçulmanos” (1997: 248, 261-262). É a presença e o domínio sobretudo árabe do al-Andalus que permite justificar a existência do topónimo presente em outras regiões da Península Ibérica, na forma *al-ḥamma*, associado a termas ou fontes termais, nomeadamente nas províncias de Granada, Múrcia e Saragoça (nesta província, junto a Calatayud). Acerca da *Alḥama* localizada a norte de Almería, junto a Pechina, diz-nos Idrīsī:

[...] a seis milhas de Pechina está *Alḥama*, fortaleza situada no alto de uma montanha. Os viajantes, nas regiões longínquas, contam que não há outro no mundo tão solidamente construído, e que em nenhum outro lugar as águas termais (pl. de *الحمّة*) tenham o mesmo grau de calor. De todas as partes aí vêm doentes e ali permanecem até que os seus males sejam aliviados ou completamente curados. (Al-Idrīsī 1968: 223; 1975: 200).

² David [de Melo] Lopes nasceu na Moita Fundeira, Sertã, a 17 de abril de 1867 e morreu em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1942.

³ José Pedro Machado nasceu em Faro, a 8 de novembro de 1914 e faleceu em Lisboa a 26 de julho de 2005.

⁴ “No centro da cidade há fontes/nascentes de água quente no Inverno como no Verão”.

لهم أحد على شيء والقنطرة لا يأخذها القتال إلا من بابها فقط ومن مدينة قنطرة السيف إلى مدينة قورية مرحلتان خفيفتان وقورية الآن مدينة في ملك الروم ولها سور منيع وهي في ذاتها أزلية البناء واسعة الفناء من أحسن المعاقل وأحسن المنازل ولها بواد شريفة خصيبة وضياح طيبة عجيبة وأصناف من الفواكه كثيرة وأكثرها الكروم وشجر التين.

5

75 ومن قورية إلى قلحرية أربعة أيام ومدينة قلحرية مدينة على جبل مستدير وعليها سور حصين ولها ثلاثة أبواب وهي في نهاية من الحصانة وهي على نهر منديق وجريه بغربها ويتصل جري هذا النهر إلى البحر وعلى مصبه هناك حصن منت ميور ولها على النهر أرحاء وعليه كروم كثيرة وجنات ولها حروث كثيرة متصلة بالغربي منها إلى ناحية البحر ولها أغنام ومواش وأهلها 10 أهل شوكة في الروم.

76 ومن القصر المتقدم ذكره إلى مدينة لشبونة مرحلتان ومدينة لشبونة على شمال النهر التسمى تاجه وهو نهر طليطلة وسعته أمامها ستة أميال ويدخله المد والجزر كثيرا وهي مدينة حسنة ممتدة مع النهر ولها سور وقصبة منيعة وفي وسط المدينة **حمامات** حارة في الشتاء والصيف ولشبونة على نحر البحر 15 المظلم وعلى ضفة النهر من جنوبيه قبالة مدينة لشبونة حصن المحدثن وسمي بذلك لأنه عند هيجان البحر يقذف هناك بالذهب والتبر فإذا كان زمن

Fig. 1. Al- Idrīsī, Opus GeographicumI...⁵, p. 547

Em África, também encontramos outros topónimos com o mesmo nome, nomeadamente no Egipto, ou “no país de Jéride” (país das palmeiras, sul de Constantina) “cujas águas provêm todas de uma fonte termal muito quente; e no Sahara outra com o nome *Hama Matmata* (حمة مطماطة), que tem uma fonte abundante de água muito quente” (Lopes 1968: 32).

E existe ainda uma aldeia denominada *Al-Hamma* em territórios disputados pela Síria e Israel, a 12 Km a sudoeste de Tiberíades, ocupada nos anos 50 do século passado, reputada pelos seus banhos termais.

⁵ Al-Idrīsī. (1975: 525-642).

“Alfama” é referida em alguns dos textos árabes medievais, nomeadamente na *Geografia*⁶ (*Kitābu l-Masālik wa l-Mamālik li-Abī ‘Ubaydi l-Bakrī*) de Al-Bakrī (séc. XI), autor seguido por Ibn Šabbat e Al-Ĥimyarī⁷ (séc. XIV), que descreve de modo breve a cidade e as suas portas. A este propósito refere: “a porta oriental é também conhecida por porta de Alfama [*Bāb al-hammā(t)*]. A fonte de águas termais fica junto dela e do mar, com duas águas: água quente e água fria” (Domingues 1997: 122).

Também, na sua *Geografia*, Al-Qazwīnī⁸ (séc. XIII) transcreve uma descrição de Lisboa de Al-‘Udrī (séc. XI): “Junto de uma porta de Lisboa, conhecida por porta de Alfama, há uma fonte de águas termais, perto do mar, pela qual sai água quente e água fria” (Domingues 1997: 122). A descrição de Lisboa de Al-Qazwīnī testemunha ainda a leitura da obra de Al-Rāzī⁹ (séc. X) que, não sendo original, limita-se à transcrição desta. E citemos o já referido Al-Idrīsī (séc. XII) e a *Descrição de al-Andalus segundo um manuscrito da Biblioteca do Palácio Real de Madrid* (Castrillo Marquez 1969), de autor anónimo, mas que seguiu de perto a *Nuzhat al-muštāq fi Ihtirāk al-afak* de Al-Idrīsī e Al-Maqqarī (séc. XVII). É uma breve descrição de Lisboa, alongando-se o autor apenas na descrição da empresa dos aventureiros que partem da cidade para a travessia do “mar tenebroso” (que se pode identificar com o oceano Atlântico), onde não falta uma menção a “muitas casas de banhos” (Castrillo Marquez 1969: 92), encontrando-se a referência sob a epígrafe *Arḍ al-Magrib* (“Terra do Ocidente”), após a descrição das cidades de Sevilha e Córdova.

De facto, o banho constituía um elemento indispensável da paisagem urbana, carecendo, na maioria dos casos, de um importante abastecimento de água. A preocupação com a higiene pessoal, assim como a necessidade de purificação faziam conduzir cada muçulmano para o *ḥamma(t)*, lugar de encontro, outro espaço de sociabilidade urbana. Talvez por esta razão se encontre tradicionalmente localizado não muito distante da mesquita. Em Calatayud, por exemplo, existe por detrás da igreja de Santa Maria, outrora mesquita, uma “calle del Bañuelo” (Mazzoli-Guintard 2000: 194-196).

De facto, se para o território português “Alfama” (em Lisboa) parece ser o único registo do topónimo, “Al-Ḥama” (ou *al-ḥamma*), este surge de forma mais expressiva em Espanha, mantendo-se também mais fiel à grafia original, quer derivando do árabe, quer derivando do hebraico. Pois coincidindo no

⁶ Al-Bakrī, *Kitābu l-Masālik wa l-Mamālik li-Abī ‘Ubaydi l-Bakrī*, (1968); trad. francesa Clément. (1981); trad. Espanhola de Vidal Beltrán (1982).

⁷ Al-Ĥimyarī “*Bāb al-hammā(t)*” (1975: 22-24); trad. parcial Maestro González (1963: 16-18); texto e tradução de Lévi-Provençal (1938).

⁸ Al-Qazwīnī, *Kitāb atāir al-bilād*, (1848); trad. Roldán Castro (1990).

⁹ Al-Rāzī (1953: 18).

espaço o topónimo “*al-ḥamma*” e a “aljama” (‘bairro judeu’) – a judiaria de Alfama –, não nos parece, contudo, ser possível a evolução do ḥ (ḥā) para j (jīm), ao invés da evolução regular do “ḥā”, com a transcrição “ḥ”, para “fā”, com a transcrição “f”, que parece explicar, neste caso, a formação do topónimo “Alfama”, resultante da aglutinação do artigo árabe ‘al-’ com o substantivo ‘*ḥamma*’.

Sobre a filologia hebraica de Alfama, atente-se apenas na raiz חמח (*ḥêth, mém, hê*), que podemos transcrever por *hmh*, ou associando as vogais, obtendo a palavra “água” quer como substantivo masculino na forma plural, מַיִם com a transcrição “*mayīm*” (*mém, híreq, mém final*) ou como constructo מַיִם com a transcrição “*imēy*” (*híreq, sêrê, mém, yod*). Por outro lado, o adjectivo ‘quente’, com a mesma raiz de חמה (f. calor, sol), com a transcrição “*ḥamoh*” (*ḥêth, pátah, mém, qámes ḥatuf, hê*), permite-nos identificar a mesma raiz do topónimo.

Deste modo, a filologia mais verosímil é a que deriva da explicação habitualmente referida, proveniente do árabe. Na verdade, uma origem hebraica do substantivo (*al-ḥammah*), daria o mesmo significado de “água” ou “fonte quente” (‘*Ḥamma*’ \ חמה \ الحمة). O parentesco das duas línguas justifica-o com naturalidade, pelo que a influência terá certamente vindo pelo árabe, língua que aqui esteve mais estavelmente radicada. Aliás, o topónimo é corrente em regiões onde se fala ou falou árabe, vindo a encontrar-se, na sua forma portuguesa, algum tempo depois. A este propósito parece-nos ser bem elucidativa a referência a umas casas junto à fonte de Alfama, numa carta de empraçamento, de 8 de outubro de 1422: “carta per que o dicto senhor deu de foro hūas casas que elle ha em Lixboa a par da fonte d’alfama a Joham Lourenço, alcaide das suas galles, e a Caterina Afomso, sua molher e a hūa pesoa que o postumeyro deles nomear [...]” (Marques 1944: 103).

Os termos de Alfama (1147-1383)

Tratando-se de um microtopónimo na cidade de Lisboa, que daria origem ao atual bairro de Alfama, que espaço lhe corresponderia na Idade Média? O espaço abrangia os limites de três paróquias: São Pedro, São Miguel e Santo Estêvão [de Alfama].

A paróquia de São Pedro [de Alfama]

A paróquia de São Pedro de Alfama aparece referenciada, segundo D. Rodrigo da Cunha, num documento de divisão de bens entre a mesa episcopal e capitular de Lisboa, datado de 1 de maio de 1191 (Cunha 1642: 99; Castilho 1937: 8.226 e ss.). D. Soeiro permutava as rendas da igreja de São Pedro de Alfama com o cabido, e reservava para si, em troca, as das paróquias de

Sacavém, Frielas, Unhos e Vila Verde dos Francos (Leitão 2011: 152). Encontrando-se a paróquia ausente do Sínodo de 1191, podemos, também, atestar a existência da igreja de São Pedro em 1229¹⁰, na *Relação de várias igrejas de que el-Rei é padroeiro nos bispados do Pôrto, Lamego, Tuy, Coimbra e Lisboa*, estando situada no sítio da actual “Calçada de São João da Praça” (n.º 2), com uma porta para o Largo de São Rafael.

Na freguesia encontrava-se uma “albergaria”. Um documento de emprazamento em duas vidas, do reinado de D. Afonso III, regista-a. Vicente Peres, sacristão e procurador de São Vicente de Fora emprazou a João Martins Eicha e sua mulher Ousenda Pais umas casas por ¼ morabitino, que confrontavam a norte com a albergaria¹¹.

Antes da construção da muralha fernandina, a paróquia ia até ao mar¹², designando-se a área que ficava a Sul da Torre de São Pedro e da ‘Judiaría’ (de Alfama) por “Arrabalde”¹³ ou “Arrabalde em frente dos Banhos”, referência toponímica de 1375¹⁴.

No interior da freguesia encontrava-se a Judiaría de Alfama¹⁵, entre o muro da torre de São Pedro, no actual Largo de São Rafael, e a muralha da cerca fernandina (Silva 1943: 13).

A Judiaría de Alfama

A judiaría de Alfama foi criada durante o reinado de D. Pedro I, atestando-se a sua existência num documento da chancelaria régia, datado de 4 de novembro de 1357¹⁶. Consiste na “confirmaçam dos judeus d’Alfama de Lixboa”, fazendo recuar a fundação da judiaría de Alfama pelo menos ao reinado do seu antecessor, D. Afonso IV. No reinado de D. Fernando, os documentos registaram a designação “judiaría de alfama”¹⁷, tendo sido aumentada devido às grandes destruições perpetradas na “baixa de Lisboa” com a investida de Henrique II de Castela, que deixaram grande parte da Judiaría Grande destruída.

¹⁰ ANTT. *Relação de várias igrejas de que el-Rei é padroeiro nos bispados do Pôrto, Lamego, Tuy, Coimbra e Lisboa*, Gaveta 19, maço 14, n.º 7 (transcrito no *Livro das Gavetas*, gaveta 19, maço 14, fl. 186v.º).

¹¹ ANTT. (1270 abr. 10). *Mosteiro de S. Vicente de Fora*. 1.ª incorporação. m. 4, doc. 7.

¹² ANTT. (1313 jul. 7). *Mosteiro de S. Vicente de Fora*. 1.ª incorporação. m. 5.

¹³ ANTT. (1379 out. 17). *Mosteiro de Chelas*. m. 57, doc. 1122.

¹⁴ ANTT. (1375 mar. 29). *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 1, fl. 184v.

¹⁵ ANTT. (1379 maio 9). *Mosteiro de S. Vicente de Fora*. 2.ª incorporação. m. 19, doc. 20.

¹⁶ ANTT. *Chancelaria de D. Pedro*. Liv.1, fl.21. Pub. Marques, A. H. de O. (Ed.), (1984). *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, n.º 278: 95.

¹⁷ ANTT. *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54.

O centro da vida comunal desenvolve-se em torno da sinagoga, lugar de reunião de todos os membros da comunidade judaica¹⁸. Cabia ao rei autorizar a sua construção, sujeitando-se, no caso de infracção, ao pagamento de uma multa cinquenta libras de ouro, de setenta e dois dinheiros de ouro cada libra, no reinado de D. Fernando¹⁹.

Em Lisboa, para o período medieval, conhecemos três sinagogas: as sinagogas da judiaria velha²⁰, da judiaria nova²¹ e da judiaria de Alfama²².

Nos anos de 1373 e 1374, foi construída na Judiaria de Alfama uma sinagoga, por mandado de Samuel Ouriço, sem a prévia e necessária autorização régia. A queixa foi apresentada pelo procurador do rei, referindo:

que era dereito que nenhum judeu nom fizesse nem começasse a fazer sinagoga nova sem mandado do senhor da terra, e se a fizer ou começar a fazer que pague cinquenta libras d'ouro pera nós [rei] e a livra ha de seer de lxxij dinheiros d'ouro. E dizia que os dictos judeus da cumuna da dicta cidade fizeram a dicta sinagoga sem nosso mandado pella qual cousa cairom na dicta pena.

Em face da queixa apresentada, D. Fernando obrigou a Comuna de Judeus, através de Lazaro Benefecto, seu procurador, ao pagamento de 50 libras de ouro de multa, mandando igualmente que a dita sinagoga não funcionasse como tal, porque “sta em lugar que se tornam as oras na igreja de Sam Pedro”²³. Por insuficiência de provas, o monarca absolveu a Comuna, sob a condição de não usarem o edifício para sinagoga. Todavia, o seu procurador foi autorizado pelo rei, caso quisesse manter a demanda, a citar Samuel Ouriço que a mandou construir sem ter requerido permissão para tal²⁴.

De facto, os judeus de Alfama foram obrigados a encerrar a sua nova sinagoga, dado não possuírem autorização régia para a sua construção. No entanto, ficaram isentos, por mercê régia²⁵, do pagamento da referida multa de 50 libras de ouro, de setenta e dois dinheiros de ouro cada uma, em que incorreram por desobediência à lei. Desconhecemos o desfecho dos processos e mesmo se teria encerrado, uma vez que se atesta a existência de uma sinagoga em Alfama, em finais do século XV, mantendo a localização, junto da torre de São Pedro (Tavares 2000: 60).

¹⁸ Tavares (2000: 38-39).

¹⁹ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54.

²⁰ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 25v.

²¹ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 29v.

²² ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2. Fls. 53v.-54.

²³ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 53v.-54. 1379 Novembro 21.

²⁴ Tavares (2000: 41).

²⁵ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54.

A paróquia de São Miguel [de Alfama]

A par da paróquia de São Pedro, integrava os termos de Alfama a igreja de São Miguel²⁶ e o território dela dependente, que se situava no coração de Alfama, aparecendo referenciada na *Relação de várias igrejas de que el-Rei é padroeiro...*, de 1229, e nas Inquirições, de D. Afonso II ou D. Afonso III. Nos documentos avulsos, que compulsámos para o nosso estudo *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano* (Silva 2008), não constam quaisquer indicações acerca das ruas que integravam o seu território.

A paróquia de Santo Estêvão [de Alfama]

Por último, integrava o território de Alfama a igreja e a paróquia de **Santo Estêvão**²⁷, fundada aquela por D. Afonso Henriques segundo a tradição, pouco depois da conquista de Lisboa, estando a freguesia já constituída em 1183 (Silva 1943: 41).

O seu território era bastante extenso para nordeste, tendo-se destacado dela a freguesia de Santa Engrácia, em 1569. Augusto Vieira da Silva refere, apesar de não conseguir localizar a fonte, ter sido a igreja reconstruída por diversas vezes, logo em 1316, em 1543 e, mais tarde, em 1733. Joaquim Bastos Serra, no seu estudo dedicado à *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média* (2003), aponta a data de 1231 para a primeira referência documental.

D. Dinis doou a igreja e o padroado de Santo Estêvão de Alfama a D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, em 1295²⁸.

No interior da freguesia ficava a “Lapa”²⁹, a ‘Fonte dos Cavalos’ e uma ‘adega’ do Mosteiro de São Vicente. Uma doação, com usufruto em vida, em Santo Estêvão, junto à Fonte dos Cavalos, testemunha-o: João Martins Eicha e sua mulher Ousenda Pais deixaram à Sacristia do Mosteiro de São Vicente de Fora umas casas, com a condição de viverem nelas até à sua morte pelo pagamento de uma renda e 1/4 de morabitino. Em simultâneo, receberam outras casas em São Pedro de Alfama e vários olivais. As casas confrontavam a Oriente com a adega de São Vicente de Fora³⁰.

Na freguesia, localizava-se uma “albergaria”, que confrontava, pelo Oriente, com um pardieiro aforado, em 1303, por Maria Savachães, prioresa do

²⁶ “Alfama, no adro de S. Miguel”. Cf. ANTT. (1327, out. 9). *Mosteiro de S. Vicente de Fora*. 1.ª incorporação. m. 7, doc. 25.

²⁷ ANTT. (1295 jul. 8). *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. II, fl. 110.

²⁸ ANTT. (1295 jun. 21). *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. II, fl. 108v. e fl. 110.

²⁹ ANTT. (1264 fev.). *Direitos Reais*. Liv. 2, fl. 128v–129.

³⁰ ANTT. (1270 abr. 10). *Mosteiro de S. Vicente de Fora*. 1.ª incorporação. m. 4, doc. 7.

Mosteiro de Chelas, a Pedro Martins Pedreiro e sua mulher Maria Vicente, pela renda de uma libra pela Páscoa³¹. Outro documento, datado de 7 de maio de 1280, designa-a por ‘Albergaria de Santo Estêvão’³².

Próximo do Mosteiro de São Vicente, instalou-se o *Estudo Geral*, “fundado” por bula do papa Nicolau IV, de 5 de agosto de 1290, tendo levado D. Dinis à criação do “bairro” para habitação dos escolares, estudantes e professores. D Rodrigo da Cunha diz-nos que o referido bairro compreendia “tudo o que ficava entre a porta do sol, e Santo Estêvão de Alfama, que por este respeito chamarão o bairro dos escolares” (*apud* Castilho 1936.7: 202-203), onde era o ‘Campo da Pedreira’, afastando-o, porém, das Portas da Cruz, onde era a localização primitiva do Estudo Geral. Os edifícios das Escolas Gerais, já não localizados no seu local primitivo, foram destruídos pelo terramoto de 1755, como refere o cura Francisco José de Matos, na sua *Memória Paroquial*, datada de 1759 (Castilho 1936: 7.155-156).

Na ‘Pedreira’ ocorreu, então, lugar o primeiro assento do Estudo Geral de Lisboa, cujo edifício foi mandado construir ainda em 1290, num terreno pertencente ao capítulo da Sé de Lisboa, que o rei permutou com umas casas. Em 1299, já aí não funcionavam as aulas, altura em que no mesmo edifício se encontra instalada a Casa da Moeda. Mas o Estudo Geral deveria localizar-se próximo daquela³³.

Um documento régio, datado de 4 de Setembro de 1300, de D. Dinis a seu alcaide Domingos Durães e aos escrivães de Lisboa, ordena-lhes que tomassem uma das suas casas ou tendas que valessem cada ano trinta e cinco libras de aluguer e que a entregassem ao cabido de Lisboa. Em troca, o rei requeria o campo da Pedreira para “fazer as casas para o Estudo” (Cunha 1642: 213v.). É, muito provavelmente, outra propriedade, que a nova instituição exigia instalações de raiz. Todavia, poucos anos depois, as “Escolas” eram transferidas para Coimbra, de onde regressariam em 1338. Dezasseis anos depois voltariam a Coimbra, regressando novamente a Lisboa em 1377, para o antigo local no campo da “Pedreira”, junto à ‘Porta da Cruz’, dada a exigência dos lentes estrangeiros que colocavam como condição a residência na corte (Ferreira 1729: 191). Mais tarde, em 1431 passariam para umas casas na freguesia de São Tomé, objecto de doação à Universidade pelo infante D. Henrique.

O Estudo Geral instalou-se, deste modo, no sítio da “Pedreira”, também chamado a “Cruz”, abaixo do mosteiro de São Vicente, junto à ‘Lapa’.

A “Cruz” integrava o território da freguesia de Santo Estêvão, o que testemunha um documento do cartório do mosteiro de Chelas, datado de 28 de abril de 1303³⁴. Da “Cruz”, em direcção ao oriente, saía uma rua que levava à

³¹ ANTT. (1303 maio 18). *Mosteiro de Chelas*. m. 57, doc. 1140.

³² ANTT. (1280 maio 7). *Mosteiro de Chelas*. m. 6, doc. 101.

³³ Acerca da localização primitiva do Estudo Geral, veja-se Silva (1919).

³⁴ ANTT. *Mosteiro de Chelas*. m. 57, doc. 1153.

“Porta da Moeda”, ficando a ocidente desta a “Azinhaga”³⁵. A Norte, ficavam as “Casas da Moeda”.

Nos vinte e dois anos que se conservaram as Escolas Gerais em Coimbra, a “Moeda” estabeleceu-se nas suas casas em Lisboa. Não sabemos quando mudou de local. Certo é que em 1382 um documento faz referência a umas casas à “Cruz contra a Moeda Velha”, confrontando com a “rua que vai para a Lapa”³⁶, denunciando a mudança de local da Casa da Moeda.

Frei Francisco Brandão refere a doação de D. João I ao mestre de Santiago, D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, em 25 de fevereiro de 1393, de uma propriedade:

as nossas casas que chamam moeda velha, que son na nossa muy noble leal cidade de Lisboa junto com a porta da Cruz em que soe de estar as escolas, assim como partem com rua pubrica e com a Porta da Cruz e com o muro ataa o mar e com casas do moesteiro de Celhas e com casas de Lopo Domingues Caeiro [...] (*apud* Castilho 1936.7: 211).

Há uma tradição de que a Casa da Moeda teria estado no século XIV “a par de” São Martinho no “Paço da Moeda” ou “dos Infantes” (onde se instalou mais tarde a cadeia do Limoeiro, segundo Júlio Castilho). Entre pelo menos 1375 e 1393, chamavam Casa da Moeda Velha, à que existiu junto da Porta da Cruz³⁷, o que testemunha a existência de um novo edifício que albergaria o mesmo serviço. Antes de 1389, esteve nas Portas da Cruz, o que parece testemunhado por uma provisão de D. João I, datada de 2 de maio de 1393, mandando que se entregassem as suas casas da “moeda velha” à Universidade.

Outro documento, datado de final do século XIII refere a localização específica das Escolas a par da “Pedreira”, junto das “Portas da Cruz”.

Júlio Castilho, discordando de Francisco Leitão Ferreira e corroborando a opinião de Damião de Góis, defende a localização da Pedreira, onde D. Dinis estabeleceu o Estudo Geral e edificou o bairro dos escolares, cerca de 1300, acima de São Tomé, “contra o muro Velho”, o local onde se encontra o Pátio de D. Fradique e os quintais das casas da Rua dos Cegos (Castilho 1936: 7.218). Todavia, o Estudo Geral foi instituído na “Cruz”, na freguesia de Santo Estêvão, instalando-se o bairro de escolares nos limites desta e da freguesia de São Vicente de Fora.

A rua do Loureiro encontra-se mencionada já num documento de inícios do século XIV, assim como a rua de Marco Salgado. No rol de bens da capela que Pedro Salgado, tesoureiro mor de D. Dinis, instituiu na igreja de Santa

³⁵ ANTT. (1303 set. 2). *Direitos Reais*. Liv. 2, fl. 129-129v.

³⁶ ANTT. (1382 jun. 6). *Mosteiro de Chelas*. m. 35, doc. 692.

³⁷ ANTT. (1269 ago. 27). *Chancelaria de D. Afonso III*. Liv. 1, fl. 94/2.

Marinha do Outeiro³⁸, especificam-se bens na “Rua do Loureiro”, assim como umas casas nobres ao “Arco do Chanceler”, na freguesia de Santo Estêvão. São igualmente citadas umas casas na “Rua do Loureiro a Marco Salgado”.

Conclusão

As três paróquias de Alfama já se encontrariam, porém, instituídas no final do século XII. Na verdade, Lisboa possuía já nessa altura uma intensa densidade demográfica que justificava uma estrutura paroquial remota, definida desde final do século XII, em 1191³⁹, como parece atestar um traslado datado de 1346, na falta do documento original, da divisão das igrejas da diocese entre o prelado e o Cabido de Lisboa, a mesma estrutura que a cidade manteria até à criação da freguesia do Loreto, em 1551, com 23 freguesias dentro e fora de muros (Silva 2008: 120-121).

Em Santo Estêvão de Alfama, assim como as demais paróquias medievais de Lisboa, exceto Santa Maria Maior, São Vicente de Fora e Santa Maria dos Mártires, existia uma colegiada, formada pelo prior e os raçoeiros.

A extensão para uma extensa área periurbana terá favorecido a apropriação pela colegiada de algumas ermidas e pequenos centros de culto, como a ermida de Santa Apolónia, referenciada em finais de quatrocentos. A igreja de São João Baptista do Alqueidão de Valada, no termo de Santarém, atestada já em finais do século XIII, era ainda sua sufragânea.

A colegiada foi do padroado régio até 1295, momento em que o rei poeta fez doação desses direitos ao então bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães (Serra 2003: 22). Tinha por objetivo a promoção do culto divino e a cura das almas, estando a cargo do prior. A este competia a administração dos sacramentos, a celebração da missa e a direção dos demais ofícios litúrgicos e serviços colegiais, sendo substituído, na sua ausência, por um clérigo de missa, designado de “vigário do prior” ou de “capelão do cura”.

Qual a dimensão da colegiada? Entre os séculos XIII e XV, a igreja era composta pelo prior e por oito beneficiados, um número em consonância com a realidade da maioria das colegiadas medievais portuguesas, que se manteve estável. Não viviam, porém, em comunidade, a exemplo do abandono da vida em comum verificado em tantas colegiadas, assim como nos cabidos das catedrais.

Em suma, procurámos revisitar Alfama através das páginas escritas pela pena de outros investigadores, reler as fontes, não descurando as distintas hipóteses levantadas, concluindo pela confirmação da filologia árabe do topónimo. Identificado o nome do lugar, procurámos ainda definir os seus termos, assim como as entidades aí instaladas – as paróquias de São Pedro, São Miguel e Santo Estêvão, não descurando a judiaria pequena. Um percurso

³⁸ ANTT. (1297 dez. 5). *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. III, fl. 1v. – 2.

³⁹ Traslado datado de 1346 da divisão das igrejas da diocese entre o prelado e o Cabido de Lisboa de 1191. Veja-se a n. 1372 em Farelo (2008: 249).

das origens a finais do século XIV, em 1383, todos tópicos **para uma genealogia de Alfama**, que são sempre tópicos sobre Lisboa.

Referências Bibliográficas

- Al-Bakrī (1968). *Kitābu l-Masālik wa l-Mamālik li-Abī ‘Ubaydi l-Bakrī*. Beyrouth: s/n.
- Al-Idrīsī. (1975). *Nuzhat al-muštāq fī Iḥtirāk al-afak = Al-Idrīsī opus geographicum*. Naples – Rome: Instituto Universitario Orientale di Napoli, Instituto per il Medio e Estremo Oriente, pp. 547-549.
- Al-Idrīsī. (1968). *Description de l’Afrique et de l’Espagne par Edrīsī: texte arabe publié pour la première fois d’après les man. de Paris et d’Oxford avec une traduction, des notes et un glossaire*. Réimpression anastatique, tr. R. Dozy, M. J. de Goeje. Leiden: E. J. Brill.
- Al-Ḥimyarī (1975). *Kitāb al-Rawḍ al- miṭ’ār*, ed. I ‘Abbas, Beyrouth: Librairie du Liban.
- Al-Qazwīnī (1848). *Kitāb aṭār al-bilād*, ed. F. Wüstenfeld. Göttingen: Verlag der Dieterischen Buchhandlung.
- Al-Rāzī (1953). “Description de l’Espagne d’Ahmad al-Rāzī”, trad. E. Lévi-Provençal. *Al-Andalus: revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada* 18.1: 51-108.
- Castilho, J. de. (1936-1937). *Lisboa Antiga: Segunda Parte: Bairros Orientais*. 2.^a ed. rev. e ampliada pelo autor e com anotações do Eng.º A. V. da Silva. Vols. 7-8, Lisboa: Câmara Municipal.
- Castrillo Márquez, R. (1969). “Descripción de Al-Andalus según un ms. de la Biblioteca de Palacio”. *Al-Andalus: revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada* 34.1: 83-103.
- Clément, F. (trad.) (1981). *Al-Bakrī, Kitāb al-masālik wal-mamālik*, Universidade de Bordéus, Tese de Mestrado.
- Cunha, R. da. (1642). *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manuel da Silva.
- Domingues, J. G. (1997). “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”. In *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugin, pp. 117-130.
- Farelo, M. S. da S. (2008). *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*, Faculdade de de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/569> (acedido em 28 de março de 2024).
- Ferreira, F. L. (1729). *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*. Vol. 1, Lisboa: na officina de Joseph Antonio da Sylva.
- Houaiss, A., Villar, M.de S. (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Vol 1, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leitão, A. de O. (2011). *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização: meados do século IX – início do século XIV*. Faculdade de de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6790> (acedido em 28 de março de 2024).
- Lévi-Provençal, E. (1938). *La Péninsule Ibérique au Moyen Age, d’après le Kitāb ar-Rawḍ al-Mi’tar fī Habar al-Aktar d’Ibn ‘Abd al-Mun’im al-Himyarī*. Leiden: E. J. Brill.
- Lopes, D. (1902). “Toponymia arabe de Portugal”. *Revue Hispanique* 9: 35-74.

- Lopes, D. (1968). *Nomes árabes de terras portuguesas*, org. J. P. Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Círculo David Lopes.
- Machado, J. P. (1992). *Arabismos na Toponímia Lisboaeta*. Separata da Sociedade de Língua Portuguesa, 13. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Machado, J. P. (1993). “Alfama”. *Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa*. (2.^a ed). Vol 1., Lisboa: Livros Horizonte, p. 91.
- Machado, J. P. (1997). *Ensaio arábico-portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 248, 261-262.
- Machado, J. P. (2000). *O topónimo Almada*. Separata da *Revista Cultural Anais de Almada* 3.
- Maestro González, P. (1963). *Al-Himyarī. Kitab ar-Rawd al-Mitar*. Valência: s/n.
- Marques, J. M. da S. (Pub. e pref.). (1944). *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua história*. Suplem. ao vol. 1, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 1057-1460.
- Mazzoli-Guintard, C. (2000). *Ciudades de al-Andalus: España y Portugal en la época musulmana: siglos VIII-XV*. Granada: Ediciones ALMED.
- Picard, C. (2000). *Le Portugal musulman: VIII^e-XIII^e siècle: L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve.
- Roldán Castro, F. (1990). *El Occidente de al-Andalus en el Aṭār al-bilād de al-Qazwīnī (1203-1283)*. Sevilla: Ediciones Alfar.
- Salvado, S. (2000). “Alfama: reflexões sobre um topónimo”. In *3^{as} Jornadas de Toponímia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, pp. 115-122.
- Serra, J. B. (2003). *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média: Os homens e a gestão da riqueza patrimonial*. Cascais: Patrimonia Historica.
- Silva, A. V. da. (1943). *As freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Silva, A. V. da. (1919). “Locais onde funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos”. *Boletim da 2.^a Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 12: 742-753.
- Silva, C. G. da (2010). *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.^a ed., Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, C. G. da (1999). “A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures”. In *O Medieval e o Moderno em Loures: viagens pelo património*. Loures: Câmara Municipal, pp. 13-20.
- Sousa, J. de. (1789). *Vestígios da lingua arabica em Portugal ou Lexicon ethymologico de palavras e nomes portuguezes que teem origem arabica, composto por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias.
- Sucena, E. (1994). “Alfama (Bairro de)”. In *Dicionário da História de Lisboa*, dir. F. Santana, E. Sucena. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, pp. 39-41.
- Tavares, M. J. F. (2000). *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.^a ed., Lisboa: Guimarães Editores.
- Vidal Beltrán, E. (trad.) (1982). *Abu Ubayd Al-Bakri. Geografía de España (Kitab al-Masalik wa-l-Malik)*. Zaragoza: Anubar Ediciones.
- Viterbo, J. de S. R. (1993). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Vol. 1, ed. crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por M. Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora.